

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A LUTA PELA TERRA NO MORRO DA PENITENCIÁRIA
E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente Social, pela
acadêmica

Elizonete Tietjen

Florianópolis, Novembro de 1994.

**“ A situação da terra
Faz o povo reunir,
Numa luta sem guerra
Nós lutaremos por ti.**

**Deus construiu esta terra
Prá todos nós viver,
Todos têm direito nela:
Morar, plantar e colher.**

**Foi palavra que Deus disse:
Prá terra nunca vender.
Quem compra ou vende esta terra
De Deus não quer saber.**

**Por isso que todos nós
Cantando numa só voz
Vamos a Deus obedecer.**

**Essa terra já é nossa
Nós queremos doação
Dos títulos de nosso lote
Que é a legalização.**

**Sem os títulos é perigoso
Grilagem dos tubarões.
Por isso que precisamos
Ter os títulos em nossas mãos.**

**Por que moramos aqui
E não queremos sair
Somos donos deste chão ”**

Posseiro Urbano de Goiânia

AGRADECIMENTOS

- A meus pais que sempre lutaram na tentativa de me proporcionar melhores condições de vida;
- Às companheiras de trabalho, Ilda e Léa, que contribuíram essencialmente para a minha formação profissional e para a elaboração deste TCC. Que dividiram os momentos de angústia, de questionamento e de alegria. Enfim, todos os momentos compartilhados;
- À comunidade do Morro da Penitenciária que luta por seus direitos contribuindo para a formação da sociedade e constrói esta história;
- Ao amigo frei Luiz Witiuk que muito me tem ajudado a crescer como pessoa e como profissional;
- Às "borboletas azuis" que, pelo exemplo de convivência e partilha, deram grande contribuição à minha vida profissional e pessoal;
- Às colegas de curso e de profissão que souberam dar apoio quando necessário.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	06
1.1. POLÍTICA HABITACIONAL	06
1.1.1. O Mercado Informal	11
1.2. SOLO URBANO	13
1.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO POPULAR	16
II - RELATO DA EXPERIÊNCIA	27
2.1. HISTÓRICO	27
2.1.1. A Formação da Comissão dos Sem-Terra das Periferias	28
2.1.2. A Comissão da Terra no Morro da Penitenciária	30
2.2. MOMENTO ATUAL	36
2.3. IMPASSES, DIFICULDADES ENFRENTADAS E A ATUAÇÃO DA ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL	40
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXO 1	51

INTRODUÇÃO

Hoje, no Brasil, há uma intensa movimentação em torno da questão do "Solo Urbano". Os setores populares, conscientes que têm direitos como as demais pessoas, lutam e reivindicam o direito de ter terra, condições dignas de moradia, urbanização, etc.

As instituições governamentais responsáveis não apresentam alternativas ao alcance das classes populares, tendo estas classes que "solucionar" seus problemas invadindo terras, ocupando as encostas dos morros, formando favelas...

"A Luta pela Terra no Morro da Penitenciária e a Contribuição do Serviço Social", tenta mostrar estas questões, tendo em vista serem estas as principais discussões atualmente levadas pelos moradores.

Um dos fatores determinantes na opção por este tema foi o fato de não haver nenhum trabalho que enfoque o problema do solo urbano na Grande Florianópolis. E este é um dos assuntos que começam a despertar as atenções dos setores organizados das camadas populares.

Temos aqui a preocupação de levar esta questão ao conhecimento de pessoas envolvidas ou não em experiências com relação à questão do solo urbano, pretendendo assim contribuir para um melhor entendimento da atuação do profissional de Serviço Social.

Assim, na primeira parte do nosso trabalho, apresentamos as questões *Política Habitacional, Solo Urbano e Serviço Social*. Neste primeiro capítulo tentamos abordar quais as políticas habitacionais adotadas antes e pós 64 (o que ocasionaram estas políticas que não atenderam a classe de baixa renda), os

problemas que surgem no solo urbano (a privatização e a apropriação da terra, a contradição entre loteamentos vazios nos centros e periferias superlotadas, urbanização, etc.) e a contribuição do profissional de Serviço Social dentro do Movimento Popular.

Na segunda parte procuramos relatar, no primeiro ítem, o histórico do movimento pela regularização da terra, tendo como sub-ítens a formação da Comissão dos Sem-Terra do Morro da Penitenciária em 1984. No segundo ítem - momento atual - relatamos o reinício do movimento em 1985, os contatos com a COHAB, a mediação e as perspectivas do movimento. Destacamos ainda, num terceiro ítem, os problemas e impasses enfrentados e a contribuição do Serviço Social.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. POLÍTICA HABITACIONAL

Para entendermos melhor a Política Habitacional adotada no Brasil até os dias de hoje se faz necessário retrocedermos na história até a década de 30, quando se dá de forma concreta o processo de industrialização brasileira em decorrência da crise internacional do café, em 1929, e da transformação da Política Estatal, em 1930. Nessa época o poder tradicional da oligarquia agrária foi substituído pela burguesia industrial que se consolidava com a conseqüente adoção, pelo novo governo, de uma política industrializante substitutiva de importações.

A criação de indústrias e a crise do café - com a liberação de sua mão-de-obra - gera migração do campo para a cidade, que exige um deslocamento de mão-de-obra em sua direção.

Paralelo à industrialização ocorre a urbanização de forma desordenada, sem as condições mínimas necessárias para a vida na cidade dos que vêm do campo. Sendo assim a habitação popular é resolvida de dois modos; primeiro com a construção de vilas operárias pelas indústrias ligadas à previdência social. É a via institucional. A outra forma para a solução do problema de habitação são as favelas e a auto-construção em bairros periféricos e loteamento clandestinos. (LOPES, 1984:40)

O processo de migração campo-cidade intensifica-se nas décadas de 30 e 40 em decorrência das políticas adotadas, que favoreceram e incentivaram

a industrialização. Conseqüentemente houve a desvalorização do campo - colocado como fornecedor de produtos alimentícios a um preço muito baixo para o meio urbano - gerando a não absorção de mão-de-obra e obrigando o trabalhador a se fixar na cidade submetendo-se a baixos salários.

Com o inchaço das cidades, devido ao processo migratório, as indústrias começam a contar com o apoio da mão-de-obra excedente, sendo esta caracterizada como exército industrial de reserva com grande rotatividade. As indústrias não mais dão prioridade à construção de vilas operárias e à fixação do trabalhador na empresa, passando assim o problema para a mão dos trabalhadores.

Diante da concentração urbana e da falta de alternativas habitacionais, a população aglomera-se em favelas caracterizadas pela auto-construção de moradias improvisadas, desprovidas de infra-estrutura, distantes das áreas geradoras de empregos e dos recursos básicos à sobrevivência, sendo esta auto-construção o meio mais acessível de moradia.

Neste contexto, onde a população de baixa renda é colocada cada vez mais à margem da sociedade e dos grandes centros urbanos, surgem movimentos reivindicatórios tendo em vista melhores condições de moradia e uma crescente conscientização do povo com relação a seus direitos.

Devido a esta realidade vivida e às políticas adotadas na época, instalou-se o golpe de 64.

Após 1964, como meio de acalmar os ânimos em relação à moradia, cria-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. Junto a estes organismos cria-se também a correção monetária nos contratos imobiliários.

O BNH formou-se inicialmente com um capital de 1 bilhão de cruzeiros retirados de 1% da folha de pagamento dos trabalhadores sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Posteriormente, em 1967, ele assume a gestão dos depósitos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) - depósitos

voluntários. Conseqüentemente, há uma maior circulação de capital aplicado na economia.

Nesta época, dá-se o incentivo à construção civil, cujos recursos são originários do FGTS, gerando empregos para mão-de-obra pouco ou nada qualificada.

Em 1971, o BNH passa a atuar como banco de segunda linha, isto é, através de agentes como as Companhias de Hhabitação (COHABs), os Institutos, construtoras em geral, etc. Estes agentes, além de outras funções, ficam responsáveis pela cobrança das prestações dos mutuários, retendo uma parte dos juros e os recursos financeiros advindos das prestações recebidas durante um ano, antes de os repassar para o BNH.

Percebemos assim que grande quantidade de capital aplicado na economia é investido em áreas que não estão ligadas a habitação popular, colaborando ainda mais para com a concentração de renda.

A criação do BNH teve como objetivo atender a classe de mais baixa renda. Mas o que se observou são práticas que vão contra este objetivo, pois além da correção feita pelo SFH, teria que reter a este integralmente. Ou seja, os juros acrescentados às prestações tornavam impossível aos assalariados ter sua própria casa.

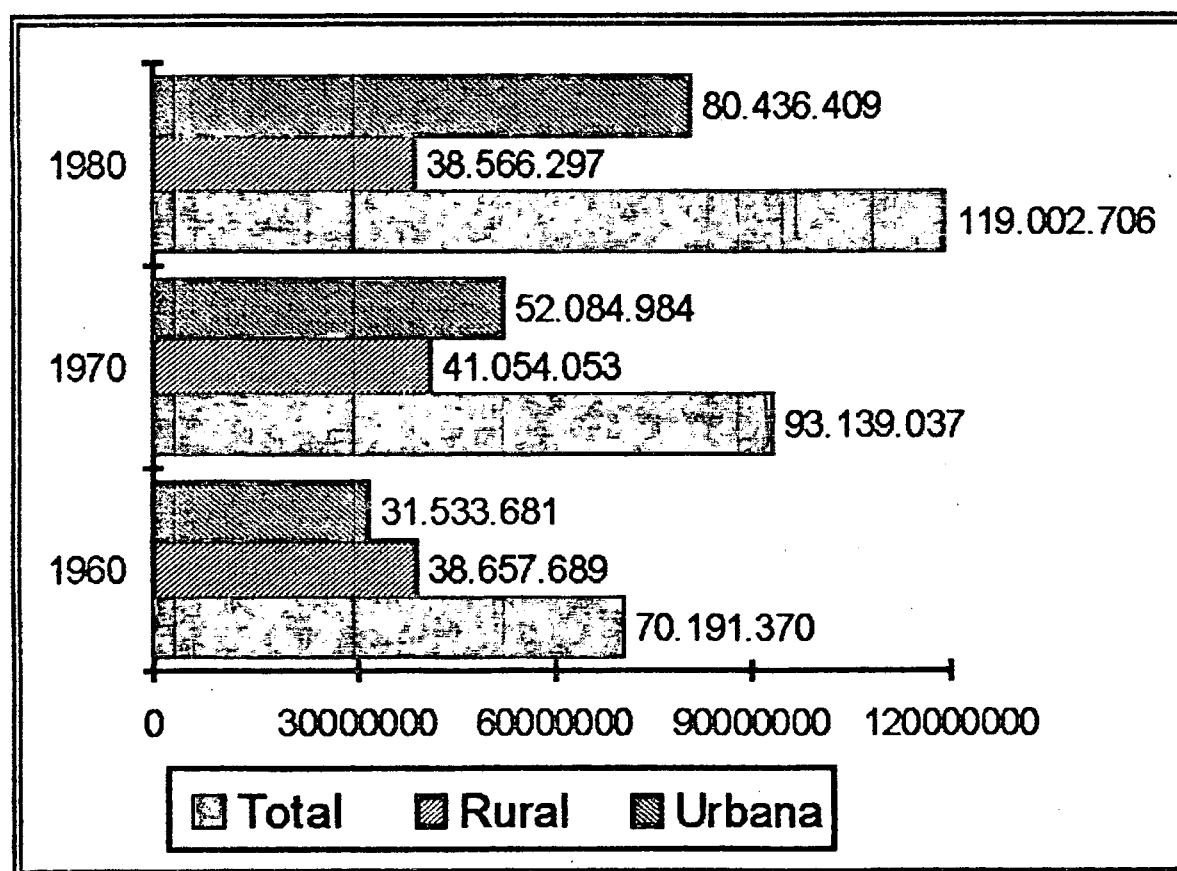
É este o processo, segundo ABRAMIDES, no qual os governos e grupos no poder - ao enfrentar problemas reais de cuja solução depende da sua possibilidade de se manter enquanto poder - formulam como respostas soluções paliativas ou impossíveis de serem praticadas, legitimando o poder e escamoteando outros propósitos.

Para melhor esclarecer apresentaremos uma tabela onde se observa que até 1974 a construção de casas para a população de baixa renda sofreu um decréscimo. Observamos que em 1972 as casas populares representavam menos de 20% das habitações construídas.

PROGRAMAS	Até 1967		Até 1970		Até 1972		Até 1974	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mercado Urbano								
Popular	78.301	49,6	178.823	28,5	188.410	22,5	205.537	18,6
Econômico	22.290	14,1	144.654	23,0	196.977	23,5	224.254	20,3
Médio	16.101	10,2	57.918	9,0	96.826	11,6	121.061	10,9
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)								
	40.994	26,0	214.396	34,0	288.389	34,4	441.529	39,0
Refinanciamento de Materiais de Construção (RECON)								
	228	0,1	31.570	5,1	66.962	8,0	112.975	10,3
TOTAL	157.914	100,0	627.361	100,0	837.564	100,0	1.105.356	100,0

Fonte: IBGE

Assim, não tendo soluções concretas para a questão da habitação, as classes populares começam movimentos de ocupação de áreas vazias e abandonadas, principalmente nos anos 70. É nessa década que se observa um decréscimo acentuado da população rural. Como meio de mostrar este decréscimo acentuado, apresentaremos um gráfico onde constam as populações rural e urbana de 1960, 1970 e 1980.



Fonte: IBGE

Hoje, na década de 80, a habitação popular continua sendo um problema no meio urbano. A classe de baixa renda permanece em precárias condições de moradia. A infra-estrutura em favelas e mocambos são metas que na realidade não são colocadas em prática.

A questão da terra urbana é um fator de inquietação social e as crescentes ocupações de áreas ociosas ou abandonadas trazem à tona o problema que vem sendo encoberto pelo poder público (Estado), através de medidas paliativas e ambíguas. Na medida em que surgem as reivindicações das comunidades, o Estado:

- a) protela o atendimento;
- b) divide o movimento (atendendo apenas algumas reivindicações de determinadas localidades ou então escolhendo bairros específicos para serem atendidos ao máximo como modelo de propagandear a política adotada);
- c) faz, muitas vezes, a remoção - transferência de moradores para outras áreas - visando a extinção das favelas do espaço urbano.

Diante disto é preciso ter presente que quando o poder público faz concessões materiais são concessões "conta-gotas", em função de um cálculo político, no qual alguns fatores pesam:

- o potencial de protesto do movimento;
- a oportunidade de se mostrar como benfeitor, aumentando seu prestígio;
- a conjuntura do momento e;
- a viabilidade das reivindicações (tanto econômica como técnica).

Para entendermos tal posicionamento do Estado diante das reivindicações devemos observar que, enquanto a população de baixa renda luta e exige seus direitos, o Estado interpreta tal atitude como sendo dirigida contra o sistema. Ou seja, se ele (o Estado) atende às populações nas suas reivindicações, ou estará sendo incompatível com a política de concentração de renda, que é a base estrutural de todo sistema vigente, ou faz uso da repressão que irá acelerar a perda de legitimidade do poder. Por isso é que as ações do Estado, nesta questão das reivindicações, ficam no campo da ambigüidade.

Por outro lado as lutas das comunidades, mesmo com tal atitude, para a melhoria das suas condições de moradia, luz, água, esgoto, creche, escola, enfim, toda urbanização necessária, continuam. Com sua organização e movimentos reivindicatórios pressionam o poder público a promover urbanização de áreas tornando-as mais valorizadas. Esta urbanização e valorização atrai a especulação imobiliária que visa aumentar ainda mais o preço do solo urbano. Assim a tendência é expulsar a classe de baixa renda para bairros cada vez mais periféricos (distantes dos grandes centros) desprovidos de infra-estrutura.

Contudo observamos atualmente que a população já não aceita facilmente as propostas defendidas pelo poder público.

A luta pelo solo urbano, através da regularização das áreas e urbanização, e a conquista de sua cidadania estão cada vez mais presentes. Crescem as mobilizações reivindicatórias. A classe de baixa renda procura refletir seu dia a dia posicionando-se frente aos problemas. Daí os vários movimentos que hoje se fazem presentes. Dentre eles, o *Solo Urbano*.

1.1.1. O Mercado Informal

Nos reportaremos rapidamente à história para compreender melhor o que é o *mercado informal*.

No Brasil, aproximadamente a partir da década de 30, ocorre um grande incentivo à industrialização, que se dá até nossos dias. Este incentivo é um dos fatores que geram a migração do campo para a cidade, pois são atraídos pela demanda de mão-de-obra que há nas indústrias, vislumbrando melhores condições de vida, trabalho e salários justos. Paralelo a isto, devido as crises de exportação (principalmente do café), ocorre a falta de incentivo e de interesse por parte do Estado com relação ao campo, causando a não absorção da mão-de-obra e contribuindo também para a migração campo-cidade.

Em decorrência forma-se um grande contingente populacional e conseqüentemente inchaço nos grandes centros, ocasionando uma urbanização nos terrenos através da implantação de água, luz, esgoto, construção de creches,

centros de lazer, supermercados, escolas, constante circulação de ônibus, enfim, toda infra-estrutura necessária que contribui para uma valorização gradativa do solo urbano.

Com esta valorização, a mão-de-obra não especializada, assalariada, algumas vezes desempregada, não permanece nos centros urbanos. São expulsos para as periferias distantes visto que não têm condições financeiras de arcar com as despesas acarretadas pela valorização do solo urbano.

Políticas habitacionais são implantadas a partir de 1930, e na década de 60 o BNH é criado com o objetivo de atender as classes de baixa renda, para resolver a questão da habitação popular. Estas ações, como outras citadas anteriormente, ficam apenas nos objetivos. Na sua operacionalização atendem apenas à classe que tem condições de custear sua moradia, ou seja, a classe média. Portanto marginaliza o assalariado, mão-de-obra não especializada, que é a classe de baixa renda. Assim esta só tem como alternativa a periferia, onde aparentemente resolve o seu problema de moradia. As localidades periféricas são desprovidas de água, luz, esgoto, escolas, creches, enfim, tudo o que é necessário para se ter uma vida mais digna, com respeito aos direitos humanos. Além disso as periferias causam um ônus razoavelmente grande nos salários dos trabalhadores (com transporte), visto que são distantes dos centros urbanos onde se localizam os seus empregos.

É a classe de baixa renda - explorada pela especulação imobiliária e marginalizada dos centros urbanos, que se situa em periferias desprovidas de condições de moradia e que não possui condições de participar de um mercado imobiliário - que denominamos *mercado informal*.

1.2. SOLO URBANO

A luta pela terra, a nosso ver, está diretamente ligada ao processo de urbanização espoliativo que privilegia determinados setores da população onde o proprietário da terra é o agente da especulação imobiliária e o Estado é quem dinamiza o capital por meio dos efeitos especulativos dos investimentos urbanos. Para entendermos a questão do solo urbano é preciso saber como aconteceu o processo de urbanização e privatização da terra no país.

No Brasil o processo de privatização se inicia com a vinda dos portugueses, quando estes tomam a terra dos índios e nestas fazem os primeiros "loteamentos clandestinos", conhecidos como Capitania Hereditária. Estas eram doadas pela coroa portuguesa à pessoas que se comprometiam em garantir a ocupação e a exploração econômica.

O processo de privatização e a apropriação da terra vai se intensificando com o aumento da atividade econômica e o crescimento da população. Então novas terras são ocupadas.

Em 1850 cria-se a Lei da Terra, pela qual o governo passa a ser dono de todo território nacional que ainda não estivesse ocupado. São fechados, portanto, o acesso livre à terra, considerado um equivalente de mercadoria que só pode ser comercializado através do governo. Mais tarde, percebeu-se que isto não era possível devido a vastidão do território a ser controlado e também ao processo de imigração, que começou aproximadamente nesta época. Mas a lei continuou possibilitando ao governo, quando possível, controlar a posse da terra,

conservando o espaço urbano, e vedando o acesso livre "*à terra abundante para que o imigrante se dispusesse a trabalhar como colono*" (FALEIROS, 1983:12).

O aumento de alguns tipos específicos de produção (café) com a incorporação de vastas extensões de terras, a abertura de fazendas e o desenvolvimento capitalista no país deram início a ciclos de apropriação e privatização da terra.

Com as cidades e a industrialização ocorre o deslocamento de grande contingente populacional para centros urbanos, tornando-se necessário ampliar o espaço urbano. Áreas que antes eram consideradas rurais, localizadas nas proximidades das cidades, passam a ser urbanas.

As cidades não estavam preparadas para receber todo o contingente populacional do campo, resultando em sérias conseqüências. Primeiramente temos o início do processo de especulação imobiliária. A comercialização da terra era feita de tal forma que os terrenos nos centros eram preservados, formando vazios entre os intervalos das casas e bairros, aos quais não se tinha definição do uso, sendo comercializadas outras áreas próximas do centro, havendo expansão dos terrenos da cidade. Estes vazios adquirem maior valor na medida em que são beneficiados pela urbanização das áreas centrais periféricas. São lotes adquiridos para preservação do valor do dinheiro e não correspondem às reais necessidades do crescimento urbano.

Esta situação assume caráter bastante contraditório, uma vez que as classes populares, para resolver problemas de moradia, tiveram que ocupar terrenos ou pertencentes ao poder público ou a particulares, violando as leis vigentes e colocando-se à margem da ordem jurídica.

Como forma de garantir estas ocupações essas populações têm de se utilizar desse mesmo sistema jurídico, integrando-se ao mercado imobiliário e tornando-se também proprietárias.

Dessa forma a violação das leis e a conseguinte legalidade criam uma situação em que os moradores dependem das decisões estatais.

Desta forma a luta pela terra na cidade assume duas dinâmicas: uma primeira gira em torno da omissão do Estado e da impunidade dos loteadores, no caso dos loteamentos clandestinos, e a mobilização popular é pela regulamentação dos loteamentos. A segunda refere-se aos movimentos de favelados na luta pela posse da terra e, mais recentemente, às invasões massivas que infringem a legislação e colocam-se à margem da ordem jurídica dominante, exigindo do Estado respostas e soluções que variam de acordo com os interesses políticos em jogo. A violação da lei legitima a ação estatal e a garantia legal depende do favor estatal, ou de uma ação conciliatória. (BOSCHI, 1983:164)

Diante do exposto percebe-se que o processo de privatização e de urbanização espoliativa dá-se no sentido de privilegiar alguns setores da sociedade, colocando os demais à margem de suas benesses. Mas esta classe de marginalizados organiza-se e reivindica a justa distribuição social do solo urbano, cuja utilização não pode ser deixada aos caprichos do mercado.

1.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO POPULAR

Dentro do contexto anteriormente exposto, onde a classe de baixa renda sobrevive em precárias condições de moradia, lutando por luz, água, esgoto, creche, enfim toda urbanização necessária, em que o poder público intervém com medidas paliativas e ambíguas, protelando e dividindo o atendimento e muitas vezes fazendo remoções para outras áreas, o Serviço Social tem um papel importante enquanto categoria profissional voltada para a intervenção nesta realidade social. A sua atuação vai depender da opção política a que estiver voltado, ou seja, a visão de homem e mundo que estará permeando sua atuação, a qual será colocada após o histórico.

Em um breve histórico procuraremos mostrar a criação do Serviço Social e como o profissional se posiciona na realidade.

Tendo presente que a criação do Serviço Social está intimamente ligada à prática da Igreja, reportar-nos-emos para a primeira Constituição Republicana (de 1891), que estabelece a secularização do Estado, separando-o da Igreja.

A Constituição estabelecerá a laicização do ensino público, a proibição de subvenção a qualquer culto religioso, a secularização dos cemitérios, a proibição de se abrirem novas comunidades religiosas e a inelegibilidade para o congresso dos membros do clero. (IAMAMOTO, 1983:144)

A influência da igreja na sociedade, e principalmente na classe dominante, diminui.

A religião católica perde sua ampla hegemonia, enquanto concepção de mundo, das classes dominantes - que se reflete, entre outros, no decréscimo de sua importância na filosofia, no movimento intelectual em geral, no controle dos movimentos sociais - e na sociedade civil, vindo a evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto. (IAMAMOTO, 1983:143)

Articula-se então, por parte da igreja, o movimento de reação católica que tinha por objetivo a recuperação da influência da mesma na sociedade e que se contrapunha aos princípios do liberalismo e a ameaça do comunismo. Mas não coloca em cheque, efetivamente, os fundamentos da ordem capitalista.

Na década de 30, segundo Maria Ozanira, ocorre a passagem de um sistema agro-exportador - tendo como principal produto o café - para um modelo industrial, produzindo profundas alterações sociais. Destaca-se a "passagem de um estilo de vida rural para um urbano industrial" (SILVA, 1984:37).

Também nesta década, tendo em vista as tensões e

a crise do poder originada da indefinição de um novo bloco hegemônico, a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena burguesia e a reemergência do proletariado através da retomada com maior intensidade, dos movimentos sociais e de uma nova estratégia política (IAMAMOTO, 1983:149),

o Estado alia-se à igreja que é chamada a intervir na dinâmica social de forma muito mais ampla.

Essa intervenção dar-se-á através dos movimentos de reação católica, onde surgirão as obras assistenciais de caráter humanitário e filantrópico, com o objetivo de aliviar as tensões sociais que ameaçam a ordem social, sendo as

atividades exercidas por representantes das classes dominantes, principalmente as senhoras "caridosas" da sociedade.

O Estado, por sua vez, cria as políticas sociais que serão executadas através de órgãos públicos e privados com o objetivo de minimizar as situações de conflito e descontentamento do trabalhador no momento de expansão da indústria.

As "damas de caridade" passam a ser recrutadas para executarem estes serviços assistenciais, que terão o caráter educativo e político permeado por uma moralidade cristã advinda de sua própria educação.

Em 1932, a partir do "*Curso Intensivo de Formação Social para Moças*", dado por Mlle. Adèle Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (Bélgica), promovido pela igreja, criou-se o Centro de Estudos da Ação Social (CEAS), tendo como objetivo central

promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. (IAMAMOTO, 1983:173)

O CEAS atuava como impulsionador do apostolado laico mediante a organização de círculos femininos católicos para a intervenção direta junto ao proletariado.

É dentro desta perspectiva que é criada em 1936 pelo CEAS a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do Brasil.

A ação profissional estava voltada para as famílias de trabalhadores, abrangendo sua vida privada, com o objetivo de difundir a ideologia dominante apoiada nos princípios morais e cristão da fé católica, afastando assim o proletariado de influências subversivas e escamoteando a problemática social da luta de classes.

O Estado intervém em 1937 diretamente na vida econômica, política e social do país, reprimindo as organizações sindicais autônomas da classe trabalhadora e canalizando as reivindicações destas para instituições que estavam

em seu poder, tendo em vista o controle da classe proletária. Nessas instituições o Serviço Social reforça o posicionamento assistencialista e paternalista do Estado.

Posteriormente, no período de 40, o Estado e o empresariado criam instituições assistenciais, tais como SESI (Serviço Social da Indústria), LBA (Legião Brasileira de Assistência) e outras, provocando a expansão do mercado de trabalho e conseqüentemente o desenvolvimento do ensino especializado de Serviço Social.

O estado assume crescentemente as funções de zelar pelo disciplinamento e reprodução da Força de Trabalho (e socialização de seus custos), tarefas em relação às quais as instituições assistenciais desempenham um papel fundamental. Ao 'expropriar' uma série de reivindicações do proletariado (defesa de salários reais, direito à saúde, etc.) derivadas da situação crônica de carência em que este subsiste; ao devolver essas reivindicações sob forma de benefícios indiretos, outorgados através de uma estrutura burocrática direta ou indiretamente controlada pelo estado, as instituições assistenciais atuam no sentido de recuperar e falsificar o conteúdo mais profundo das lutas do proletariado por melhores condições de existência. A partir desse prisma, estas instituições aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais...
(IAMAMOTO, 1983:312)

No início dos anos 60 o Brasil se vê envolvido numa grande crise. Dois acontecimentos são significativos: o colapso do modelo desenvolvimentista urbano industrial e o crescimento da revolta popular, tendo em vista a crescente politização das massas urbanas. Esse momento de politização contribui para a descoberta do elemento ideológico, fazendo com que o Serviço Social e as demais ciências sociais comecem a se preocupar com as questões políticas.

Inicia-se na América Latina "um processo de ruptura teórico-metodológico, prático e ideológico do modelo (...)" (SILVA, 1984:43) norte americano, propondo-se "romper com a dicotomia teoria e prática tendo por base uma compreensão dos problemas estruturais da sociedade" (SILVA, 1984:43-44).

No Brasil, em decorrência do golpe de 64 e conseqüentemente a ascensão de um governo militar,

o Serviço Social pauta sua ação profissional no sentido de uma busca de modernização e de eficiência para permitir que o sistema funcione melhor no seu conjunto. (SILVA, 1984:48)

Preocupa-se com as questões internas desta metodologia, técnicas e procedimentos, com o objetivo de adequar a profissão às exigências institucionalizadas do estado autoritário e das grandes empresas.

É dentro desta perspectiva que acontece o encontro de Araxá (MG-1967, tendo como tema a Teorização do Serviço Social), numa tentativa de aprofundar o conhecimento metodológico da profissão.

Posteriormente ocorre o encontro de Teresópolis (RJ-1970), tendo a mesma preocupação, ou seja, o aprofundamento da metodologia de do Serviço Social.

Maria Luiza de Souza lembra, nestes dois documentos, um ponto básico em toda a discussão que foi a "*reflexão quanto aos novos aspectos conjunturais da sociedade brasileira que repercutem nas organizações e na profissão*" (SOUZA, 1982:72), acrescentando:

é como se a profissão pudesse pensar em si mesma, independente das suas relações e implicações com a dinâmica social; ou então parte-se do pressuposto de que a realidade social tem uma dada estrutura, acabada e imutável. Como estrutura acabada e imutável, cabe ao Serviço Social atuar sobre os desvios dela e levar os valores dominantes a serem aceitos e conservados. (SOUZA, 1982:73)

No Encontro de Belo Horizonte (1970) há uma preocupação em questionar a realidade social e analisar os problemas teóricos da profissão, com vistas a propor novos rumos para sua intervenção.

Dentro desta proposta, profissionais e população são atendidos como sujeitos da ação, portanto como homens históricos que, mediante o conhecimento da realidade, passam a ter condições para intervir na mesma.

A partir do Encontro de Belo Horizonte novas propostas são apresentadas, reformulações sobre o método de BH são feitas, os profissionais partem para uma proposta alternativa em que o homem é visto como sujeito dentro de um contexto mais amplo, influenciando e participando do mesmo.

Neste contexto o profissional (intelectual), de acordo com sua opção política, visão de homem/mundo, ou trabalha com a classe de baixa renda, explorada e marginalizada, ou trabalha com a classe detentora do poder, a classe dominante.

Cabe aqui nos atermos à opção feita pela classe trabalhadora, já que entendemos como papel do Serviço Social estar ao lado deste homem explorado e oprimido.

Entendemos então o Serviço Social como uma profissão voltada para a intervenção na realidade contraditória em que "poucos têm muito" e "muitos têm pouco".

Dentro desta realidade estão inseridos os movimentos populares onde o profissional de Serviço Social se coloca à serviço da organização popular. Assessorando-os nas relações que se estabelecem com as instituições, desvelando com a população a realidade e as relações sociais estabelecidas nesta realidade.

Nossa colaboração se dá, portanto, nas ações concretas com o objetivo de, por um lado, instrumentar a população para exigir melhoria na prestação dos serviços por parte do poder público e, por outro, conjugar este processo com o fortalecimento dos mecanismos coletivos de organização popular. (RAICHELS, 1982:79)

Na medida em que a visão individual passa a ser uma visão coletiva ocorre a passagem do morador comum para cidadão. Este começa a ter consciência de seus direitos enquanto cidadão. E esta consciência se afirma a partir de reflexões conjuntas e de ações concretas no confronto com o poder público.

A prática do Assistente Social junto aos movimentos populares aqui é

entendida como processo de participação e de organização autônomas das classes trabalhadoras, alguns pontos nos parecem fundamentais:

1 - Necessidade de aproximação dos profissionais (dos intelectuais) como elementos que se colocam 'à serviço' e não como direção dos movimentos.

2 - Este colocar-se 'à serviço' significa algumas vezes dirigir, coordenar, outras vezes ouvir, aprender: Há um processo dialético onde o intelectual aprende e os grupos sociais envolvidos no processo ensinam e vice-versa. (LIMA, 1982:131)

Assim o profissional (intelectual) deve atuar de forma que haja uma constante reflexão, clarificando seu posicionamento e suas razões de estar junto ao movimento. Atua-se junto à classe de baixa renda objetivando uma intervenção desta no processo político. Tem-se, então, que um movimento não deve apenas objetivar resoluções de problemas específicos mas sim avançar no processo de participação social e política, de organização e de mobilização popular. Temos presente que o profissional inserido no movimento popular deve estar atento, no sentido de que realmente o processo de organização popular signifique a presença da classe trabalhadora influenciando no processo político, tendo acesso às decisões tomadas, conquistando um espaço que por direito é seu.

Não se trata mais de indivíduos mergulhados na alienação quotidiana, mas de cidadãos que reivindicam seus direitos, que tomam consciência de sua situação de classe, que debatem questões do Estado, do capital, do trabalho, da política; que discutem, em última instância, a transformação social e política a partir de um novo tipo de prática que transforma o próprio cotidiano e suas mais variadas dimensões. (LIMA, 1982:133-134)

Entendemos, enfim, que a prática do Serviço Social junto aos setores populares deve ser uma proposta de intervenção que possibilite à classe dominada recuperar seu próprio saber (sua memória histórica, sua própria identidade, adquirindo maior percepção ou clareza da realidade, ultrapassando as aparências), contribuindo assim para que estes venham à tornar-se sujeitos. Estando a questão da participação nesta realidade subentendida, mesmo que esta

aconteça primeiramente sob forma de acesso às informações existentes no social e do exercício de seus direitos, normalmente escamoteados nesta sociedade de classes.

A nosso ver é dentro desta realidade contraditória (onde há a divisão de classes, uns dominado e outros sendo dominados, onde há a relação de exploração subjugando a classe de menor poder aquisitivo - que é objeto da intervenção) que os objetivos do Serviço Social se originam e ao mesmo tempo se concretizam, tendo em vista a necessidade de transformação. Maria Luiza Souza (1982:131) afirma que o objetivo final da prática dos profissionais comprometidos com a população carente é o de "*levar a população a participar da definição dos objetivos e decisões sociais, da gestão e conseqüentemente garantir a sua participação no usufruto dos bens sociais*".

Tendo presente que a concretização desse objetivo dar-se-á através de objetivos-meios que são: conscientização organização e capacitação.

Conscientização entendida como o processo em que a população, a partir de sua realidade existencial, passa a ampliar a sua percepção, a estabelecer correlações de causa e efeito sobre a realidade, a formular juízos críticos e tomar atitudes em face dela. (SOUZA, 1982: 132)

A conscientização só é verdadeira quando implica uma ação concreta, e esta concretização está relacionada ao processo de organização, sendo que este dá condições a um aumento de conscientização. São interligados.

Organização entendida como o processo em que as ações principais desenvolvidas pela população passam a ser assumidas como elemento de força social, para se contraporem aos problemas existenciais. (SOUZA, 1982:133)

Somente acontece quando há o desencadeamento de atitudes comuns, enfrentadas pela população frente a seus problemas.

A capacitação entendida como o processo em que a população passa a assumir gradativamente, o seu próprio processo de conscientização e organização e se torna capaz de estender sua experiência ao

todo social, penetrando mais a fundo na essência dos problemas e captando as contradições sociais a que está submetido; como tal, percebendo mais a essência do social, tenta encontrar também novos modos de agir que respondam mais diretamente aos seus problemas. (SOUZA, 1982:134)

Portanto esses três elementos pedagógicos são estreitamente ligados entre si e na realidade vivida.

Também o objeto é definido a partir de uma realidade vivenciada; da visão de homem/mundo, explicitada no marco referencial teórico. Considerando que o homem deve ser sujeito de sua história - ao mesmo tempo que faz é feito e influenciado por ela - entendemos que o objeto do Serviço Social são as relações vividas por este sujeito, num contexto histórico.

Assim, quando se tem uma concepção de transformação social, teoria, método e realidade são inseparáveis.

Concordamos com Maria Luiza de Souza quando diz que:

o método é, portanto, um conjunto de meios técnicos que partem de um corpo teórico determinado sobre a realidade social e particularmente sobre o objeto que pretende transformar. Ele se instrumentaliza a partir da teoria como síntese do real, mas é na práxis que se realiza. (SOUZA, 1982:83)

Objetivando clarificar a intervenção profissional em termos de globalidade dentro do método dialético Lefébre apresenta os seguintes procedimentos práticos:

- Fazer uma análise da realidade que se apresenta, sem digressões ou analogias inúteis. Conhecer esta realidade não como algo estático e independente, mas sim a partir de um contexto social na sua globalidade e historicidade;
- Perceber as conexões internas dos fenômenos, seus aspectos, desenvolvimentos e movimentos próprios;
- Perceber os aspectos e os momentos contraditórios - a totalidade e unidade dos contrários;

- Analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, etc.;
- Ter sempre presente que tudo está ligado a tudo e que um dado aparentemente insignificante, pode ser fundamental se visto sob outro aspecto;
- Ter sempre presente a transição dos aspectos, contradições, passagens de uns aos outros e que estas, num erro de avaliação, podem ter conseqüências mais sérias;
- Estar consciente de que o processo de aprofundamento do conhecimento é infinito. Assim penetrar o mais fundo possível no processo observado, procurando atingir e captar solidamente as contradições e os movimentos;
- Em certas fases do próprio pensamento o mesmo se transforma e se supera, recriando um novo conteúdo.

Também Maria Luiza de Souza lembra-nos alguns elementos comuns à dinâmica do método da reflexão/ação que devemos sempre ter presente:

- a) a partir da aparência (momento sensível) e através das explicações das teorias, chega-se à percepção de que é um conhecimento superior às particularidades do sensível;*
- b) a ampliação a partir dos elementos apreendidos permite a formulação de juízos críticos sobre ela;*
- c) os juízos críticos formulados, por sua vez, encaminham as ações, os procedimentos a serem desenvolvidos para transformação da realidade;*
- d) o desenvolvimento reflexivo das ações permite a ampliação da reflexão sobre a realidade objeto da ação, a formulação de novos juízos críticos e o desencadear de novas ações. (SOUZA, 1982:84)*

Para finalizar acrescentaríamos que o Assistente Social que opta hoje por trabalhar junto aos Movimentos Populares deve ter presente a necessidade:

- da constante reflexão da práxis;
- do contínuo aprofundamento teórico;
- da reflexão periódica, com base numa constante clarificação do seu posicionamento;

- da constante desmistificação de seus valores pequeno-burgueses e;
- da análise periódica dos movimentos nos quais atua.

II - RELATO DA EXPERIÊNCIA

2.1. HISTÓRICO

Como falamos anteriormente, a questão da habitação é fator de inquietação social. Observa-se que o poder público, órgão responsável pela moradia, não apresenta soluções para o problema. Quando o faz, o faz de forma paliativa, lenta, retardando ao máximo uma possível solução.

A classe de baixa renda, sem respostas para esta questão, procura resolver a seu modo. As alternativas encontradas são: as favelas, a ocupação de loteamentos vazios ou abandonados, morros, mangues, etc.

As casas são auto-construídas com sucatas da construção civil ou com madeira de baixa qualidade, sem a mínima infra-estrutura.

Dentre esta população apenas uma minoria consegue fazer parte dos programas de habitação popular propostos pelos órgãos públicos.

Estas ocupações de áreas urbanas não habitadas - em encostas de morros, terrenos baldios e abandonados, mangues -, por parte da classe de baixa renda, se intensificou na Grande Florianópolis na década de 70; em 1970 a população urbana era de 162.959 habitantes sendo que em 1980 temos uma população de 292.163 habitantes (censos de 70 e 80 - IBGE).

Ainda não existem dados oficiais sobre a situação do solo urbano na Grande Florianópolis. Mas, conforme pesquisa feita por agentes de pastoral da Arquidiocese, existem aproximadamente 36 favelas e loteamentos clandestinos.

Um elemento importante para entender estas ocupações irregulares em áreas não habitadas é a sua estreita ligação com a força de trabalho

- o desemprego crescente, o nível de salário muito baixo, a desqualificação da mão-de-obra, além de um fator importantíssimo que é a migração campo-cidade e cidade-cidade.

Decorrente da situação descrita existem vários conflitos de terra, principalmente pela alta valorização destas áreas ocupadas irregularmente diante do rápido crescimento demográfico da cidade dos últimos 20 anos.

Conseqüentemente começam a surgir movimentos reivindicatórios por parte destes moradores, objetivando regularizar e urbanizar as áreas ocupadas, pressionados pelos "donos oficiais" que entram, através do fórum, com ordens de despejo.

Destes movimentos surge o movimento do *Solo Urbano* que, preocupado com a situação das ocupações irregulares, se organiza a nível da Grande Florianópolis.

2.1.1. A Formação da Comissão dos Sem-Terra das Periferias

Em meados de maio de 1984 aconteceu na cidade de Joinville um Encontro Estadual de Direitos Humanos. Das periferias da Grande Florianópolis são convidadas lideranças de comunidades para participar do encontro, onde foram discutidos temas como direitos humanos, eleições diretas, solo urbano, etc.

Na volta deste Encontro o presidente do Conselho Comunitário do Mont-Serrat expede convite a todas as lideranças das periferias, conforme decisão dos participantes do encontro, com o objetivo de relatar às demais comunidades o que fora discutido e com a preocupação de fazer um levantamento da problemática da terra na Grande Florianópolis em virtude de despejos anteriormente ocorridos. Esta reunião aconteceu em fins de maio de 1984 tendo como pontos principais os baixo relacionados:

Após todas as comunidades presentes terem colocado seus problemas, C. diz que seu interesse não é político. Sugere que seja formada uma comissão com os representantes das comunidades com a finalidade de fazer um levantamento real do que está acontecendo nas periferias, sendo que a

seguir entrarão em contato com a comissão de advogados da Comissão Justiça e Paz que está sendo formada (Relatório da Comissão dos Sem-Terra das Periferias, Maio/85)

A Comissão dos Sem-Terra das Periferias teria o seguinte papel:

- representar as comunidades;
- mantê-las em contato permanente entre si;
- realizar reuniões mensais;
- participar dos problemas das comunidades, bem como estar presente nos conflitos surgidos nelas, como forma de apoio;
- unir os representantes da Comissão dos Sem-Terra das Periferias e estar junto com a comissão formada por alguns advogados da Comissão Justiça e Paz;
- unir as pessoas e estimula-las a trazer os problemas para serem discutidos em comum.

Das comunidades com conflitos de terra agravados três merecem destaque, sendo que em uma (Morro da Mariquinha), dias após a reunião, a questão se agrava.

A comunidade do Morro do Horácio recebe ameaça de despejo por parte de uma rede de televisão que dizia que uma parte dos terrenos ocupados eram seus. No Morro da Mariquinha apresenta-se uma ordem de despejo com prazo muito curto para o abandono da área ocupada.

Assim a recém criada Comissão dos Sem-Terra das Periferias centra sua força nestas questões apoiando inicialmente o Morro da Mariquinha.

Neste mesmo período, no Morro da Penitenciária, a comunidade organizada em mutirão estava construindo uma capela. Em fins de abril de 84 aparece um senhor se dizendo dono da terra e com ameaça de embargo da construção.

Dona F. é procurada por um senhor que se apresenta como dono da terra dizendo que não permitiria a continuidade da construção da capela, pois sequer havia sido consultado. A mesma foi a procura de um dos integrantes do Grupo de

Trabalho para notificar o acontecimento. Neste interim o referido membro é procurado pelo suposto proprietário que diz não aceitar a construção da capela pois não lhe foi pedido autorização; diz ainda que colocará o caso na justiça. (RIBEIRO, 1984:72)

O Grupo de Trabalho (quatro estagiários de Serviço Social e um frei), que lá trabalhava, junto com alguns moradores, procurava informações quanto ao dito "dono" do terreno em que estava sendo construída a capela.

Alguns membros da comunidade, motivados pelos acontecimentos (a questão do problema do terreno da capela, a participação do encontro em Joinville, a participação de um membro da comunidade na Comissão dos Sem-Terra das Periferias acompanhando e apoiando as comunidades em conflito e ainda a sugestão do Grupo de Trabalho no sentido de se realizar uma reunião para discutir problemas específicos referentes à terra no Morro da Penitenciária) iniciam um processo de discussões e organização.

2.1.2. A Comissão da Terra no Morro da Penitenciária

Para melhor compreensão, antes de relatarmos a formação da Comissão da Terra no Morro da Penitenciária, se faz necessário situar física e geograficamente a comunidade na qual o trabalho está sendo desenvolvido.

A comunidade do Morro da Penitenciária situa-se no final da rua Álvaro Ramos, proximidades da Penitenciária Estadual, no bairro da Trindade. A maioria de seus moradores é proveniente do interior do Estado - Campo Belo do Sul e Região Serrana.

Localiza-se a comunidade em um terreno íngreme, de difícil acesso, que torna-se pedregoso devido a erosão em consequência das chuvas, sendo dividido em duas partes por um córrego. Em uma destas observa-se uma escadaria, não concluída, feita por mutirão pela comunidade, e, margeando a outra, uma estrada calçada que leva à creche. Esta creche foi doada pela Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS) à Liga de Apoio ao

Desenvolvimento (LADESC). Nas circunvizinhanças casas de porte médio-alto contrastam com a favela retratando uma das contradições do sistema capitalista. A população economicamente ativa pertence ao setor terciário. Os homens trabalham, na sua maioria, na construção civil e as mulheres como diaristas ou faxineiras. Ainda temos pessoas trabalhando como: biscateiros, motoristas, guardas noturnos e outros desempregados. As casas são construídas pelos moradores de forma clandestina, pela auto-construção, como uma alternativa para sua necessidade de moradia, na maioria das vezes com madeira velha, restos de caixaria das construções ou de demolições que são doadas ou compradas.
(RELATÓRIO DE ESTÁGIO)

Quanto à questão da área ocupada, descobriu-se, através de história oral e de contratos com órgãos públicos, que a terra onde se localiza a comunidade do Morro da Penitenciária é parte terreno público (Penitenciária Estadual) e parte de particulares.

Isto se conseguiu por causa da ameaça de embargo da construção da capela. Um membro do Grupo de Trabalho, juntamente com um morador, foram à Penitenciária com o objetivo de descobrir qual a parte das terras pertencentes a esta, conforme informação dos moradores. Neste contato é fornecido um croqui com a metragem de toda a área pertencente àquele órgão, além de ser colocada a disposição toda a documentação da área.

O embargo da construção da capela, a participação de três representantes da comunidade no Encontro de Direitos Humanos em Joinville e ainda os recentes despejos e conflitos de terra (Morros do Horácio, da Mariquinha, Praia de Furnas...) foram fatores decisivos para que a comunidade do Morro da Penitenciária iniciasse o movimento da luta pela regularização da terra. O Grupo de Trabalho e algumas pessoas convocam a comunidade para uma reunião a fim de expor e discutir o problema. Desta resultou a formação da Comissão da Terra, composta por oito pessoas, que teria, como principal responsabilidade, os contatos e a motivação dos moradores, além das negociações com os órgãos públicos.

A Comissão da Terra juntamente com a comunidade decidem procurar a COHAB (Companhia de Habitação Brasileira) a exemplo de outras comunidades que estavam reivindicando a regularização e urbanização das áreas ocupadas. Na primeira reunião entre a COHAB e o Morro da Penitenciária os componentes da Comissão da terra, auxiliados pelo Grupo de Trabalho, colocam o objetivo da regularização da terra, ficando este órgão responsável pela localização dos "donos oficiais" da área, ainda desconhecidos. Conforme solicitação de C. F., assessor da COHAB, os moradores também procurariam descobrir os donos.

Algumas semanas após, participantes da Comissão da Terra (Sr. Ar., Sr. An. e Sra. Or.) localizaram D.D., suposta proprietária. Através desta ficaram sabendo do andamento de um inventário (seu falecido marido já vinha de um primeiro casamento com herdeiros). Também foram informados que, assim que o inventário tivesse sido acabado, entrariam com uma ordem de despejo contra os moradores. Os representantes expuseram o interesse dos moradores em regularizar a área através da COHAB, e que os mesmos também estavam tentando localizar os proprietários. D.D. disse que até o momento ninguém lhe procurara, mas ficaria aguardando o contato.

Alguns tempo depois acontece nova reunião entre COHAB e comunidade do Morro:

Depois de J., representante da COHAB, ter entrado em contato telefônico com o advogado de D.D., fica sabendo que há problemas na localização da terra; não sabendo ao certo qual pedaço de terra pertence aos herdeiros. (...) e ainda estão fazendo o inventário dos bens. (ATA DA COMISSÃO DA TERRA - 05/09/84)

J., representante da COHAB, diz que vão entrar em contato com advogado de D.D. e marcar uma reunião para negociações. J., membro da Comissão da Terra, sugere que esta aconteça na comunidade. J., não concorda dizendo que D.D. tem receio de ir até ali. Alguns moradores falam que D.D. esteve no morro quando começaram a construir as primeiras casas sendo que algumas pessoas saíram atrás dela

com madeiras. Depois de alguma discussão J. sugere então que representantes da Comissão da Terra participem das conversações. J. concorda dizendo que avisará quando será o encontro. (ATA DA COMISSÃO DA TERRA - 05/09/84)

Passados alguns dias representantes da Comissão da Terra entram em contato com a COHAB para saber sobre a reunião e descobrem que já havia acontecido. Tal fato gera suspeitas, acrescidas de experiências não muito satisfatórias quando de visitas feitas por integrantes da Comissão da Terra àquele órgão - além do fato de ter-se descoberto que para fazer o levantamento topográfico da área era necessário ter os documentos dos proprietários. Desta forma a Comissão da Terra, ajudada pelo Grupo de Trabalho, decide chamar a COHAB para novo encontro no Morro da Penitenciária, só que desta vez com a presença dos meios de comunicação:

Sr. A., Membro da Comissão da Terra, diz que a comunidade quer que seja feito o levantamento topográfico enquanto eles (COHAB) procuram os donos da terra. Sr. C.F., assessor da COHAB diz que tem muito trabalho para fazer e que agora o que estão fazendo é tentar, no Cartório da Trindade, ver se acham os donos. Depois decidem o levantamento topográfico. Sr. A., Membro da Comissão da Terra, marca uma nova reunião para a próxima terça-feira (16/10/84) com a finalidade de ver o resultado do cartório e também quando iniciaria a medição da terra. C.F. diz que fará o possível para conseguir as informações que a comunidade quer, mas caso o pessoal não esteja gostando do serviço deles (COHAB) eles se retiram. E., membro do Grupo de Trabalho, afirma que não é bem assim, pois o único órgão do governo para tratar desta questão é a COHAB. Assim terão que continuar os trabalhos. Sr. A., membro da Comissão da Terra diz que a Comissão está com pressa de resolver o problema, pois assim como estão cobrando da COHAB, a comunidade também está cobrando da Comissão uma resposta mais clara. (ATA DA COMISSÃO DA TERRA - 09/10/84).

No dia 16 de outubro de 1984 os representantes da COHAB não apareceram na reunião conforme havia sido combinado anteriormente. Os moradores estavam preocupados por causa da notícia de um possível despejo - notícia que saiu no Jornal O Estado de 15/10/84 (vide anexo 1). Mesmo sem a presença da COHAB a reunião aconteceu, estando presentes representantes da Comissão dos Sem-Terra da Periferia da Grande Florianópolis, da Comissão dos Sem-Terra do Morro da Horácio e do Morro da Mariquinha. Estes mostraram seu apoio dando força na luta pela regularização da terra na comunidade, colocando suas experiências e impasses...

Sr. A., integrante da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária, diz que é importante a troca de notícias entre as comunidades e a ajuda desta Comissão (dos Sem-Terra da Grande Florianópolis) para entender e descobrir todas as safadezas dos representantes da COHAB. Afirma que a presença desta Comissão dá mais força para a comunidade.
(ATA DA COMISSÃO DA TERRA - 16/10/94)

No último contato do ano entre a COHAB e a comunidade o representante da primeira, Sr. C.F., afirma que foram localizados os donos da terra, que são dois, sendo que um é vivo e o outro já falecido tendo só herdeiros. Afirma também que soube, através do advogado da família, do interesse desta em contratar um topógrafo para fazer um levantamento da área dos herdeiros - a metragem do terreno é de 18 mil m² -, pois não sabem exatamente até onde corresponde a área.

O advogado da Comissão da Terra, Dr. F.C., sugere que a COHAB, através de seu topógrafo acompanhe tal levantamento.

Dr. F.C. fala que estes 18 mil m² provavelmente não atingirão a área do Morro da Penitenciária e sugere que o topógrafo da COHAB acompanhe o topógrafo que será contratado pelo advogado da família inventariante. Diz que se a COHAB agora mandar fazer o levantamento sem a autorização da família esta pode entrar com um pedido de embargo. Assim a solução é esperar que a família

contrate o profissional. (ATA DA REUNIÃO DA
COMISSÃO DA TERRA - 23/10/84)

Desta forma a Comissão da Terra do Morro da Penitenciária se vê impedida de qualquer ato, uma vez que a solução para o problema passava pelas mãos de terceiros. Este período de espera por uma solução se arrastou até o final de fevereiro de 1985 quando a comunidade foi surpreendida com a notícia de que a Penitenciária Estadual estaria sendo vendida, causando agitação entre os moradores que pressionaram a Comissão da Terra no sentido de começarem a discutir o que vinha sendo feito.

2.2. MOMENTO ATUAL

Com a notícia da venda da Penitenciária Estadual (21/01/85), cria-se uma situação tensa na comunidade. O Grupo de Trabalho toma a iniciativa e convoca os moradores para refletir sobre o problema. Dias antes da reunião um membro da Comissão da Terra, juntamente com membros do Grupo de Trabalho, segundo sugestão da Comissão da Capela, foram até a Penitenciária Estadual, à rede de Televisão que veiculou a notícia e a COHAB, para se inteirarem do assunto.

Ficam sabendo que a negociação consistia em uma permuta, ou seja, determinada firma, bem estruturada economicamente, construiria um complexo penitenciário na colônia Santa Teresa recebendo em troca a área da Penitenciária Estadual, num total correspondente a 552 mil m².

Nesta reunião, com certa pressão de um dos membros do Grupo de Trabalho, reestrutura-se a Comissão da Terra do Morro da Penitenciária com integrantes da antiga comissão acrescida de novos participantes.

Os meses de fevereiro e março de 1985 consistiram em discussões de como encaminhar as decisões tomadas, que posteriormente relataremos.

Em meados de abril de 1985 a Comissão da Terra finalmente entra em contato com a COHAB e toma conhecimento de mudanças internas com a formação de dois setores específicos para problemas de favelas: a Divisão de Desenvolvimento Comunitário (compostas por Assistentes Sociais) e o Departamento de Programas Especiais, composto de uma Divisão de Mutirão e

uma Divisão de Urbanização de Favelas (formada por engenheiros, arquitetos, etc...).

A primeira reunião do Morro da Penitenciária com a nova equipe da COHAB acontece em fins de abril de 1985.

O Sr. Ar. (membro da Comissão da Terra) diz que faz um ano que estão lutando e aconteceram quatro reuniões com a COHAB, ficando decidido que após a medição do Morro da Horácio iniciariam nesta comunidade. O Sr. M. (advogado e representante da COHAB) disse que as afirmações estão corretas; C. (engenheiro da COHAB) informa que ainda não têm resposta concreta sobre quando o topógrafo poderá iniciar o levantamento topográfico.

É perguntado por quê o Sr. W. (topógrafo que trabalha para a COHAB) não faz o levantamento, já que está à serviço daquela entidade. C. (engenheiro da COHAB) diz que não sabe direito. R. (Assistente Social da COHAB) sugere que o levantamento topográfico e o levantamento sócio-econômico venham a ser feitos concomitantemente. Segundo a mesma a comunidade deve decidir se quer isto ou não, para evitar muita demora e incômodo (...)

Sr. Ar. (membro da Comissão da Terra) pergunta como ficaria a situação dos moradores caso a Comissão começasse a "se mexer".

Sr. M. (advogado da COHAB) diz que, no caso dos moradores, se, através da Comissão não estivessem em negociação com a COHAB, provavelmente os que moram na área particular já teriam recebido uma ação de despejo (...)

C. (engenheiro da COHAB) fala que quanto a questão da resposta sobre o levantamento topográfico só na próxima semana. É perguntado sobre as formas de pagamento; o advogado (COHAB) diz que depende: tem várias formas de pagamento - á vista, em 1 ano, 5 anos, ... até 5 anos. Há um silêncio muito grande.

Os moradores da comunidade nada perguntam. O advogado prossegue dizendo que inicialmente receberão o título de posse e depois do pagamento receberão a escritura definitiva. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 20/04/85)

No período compreendido entre abril e agosto de 1985 a comunidade do Morro da Penitenciária entra em contato várias vezes com a COHAB a fim de prosseguir as negociações, sendo repassado o "levantamento sócio-econômico" com questões que deveriam ser discutidas e aprovadas pelos moradores antes do levantamento topográfico.

El. (estagiária do Grupo de Trabalho), juntamente com a Comissão da Terra, estuda a dinâmica de apresentar com mais clareza e objetividade as questões à comunidade, convocando-a posteriormente para discutir e resolver como encaminhar as sugestões.

Neste período o Departamento de Saúde Pública (DSP), através da enfermaria do postinho situado na comunidade, entra em contato com a Comissão da Terra com a proposta de um trabalho de saúde preventiva. A Comissão da Terra, lideranças e participantes mais ativos do Grupo de Trabalho, após discussão, sugerem que ao invés de um trabalho preventivo de saúde se priorizasse o saneamento básico. O DSP aceita a proposta sendo marcado um encontro com a presença de todos os moradores, além da COHAB.

Neste encontro o DSP propõe trabalho com a COHAB a fim de evitar trabalhos duplos, uma vez que os órgãos prestavam serviços semelhantes. Inicialmente a COHAB não aceita alegando que também poderia fazer o saneamento básico, mas deixa a decisão a encargo da comunidade. Sendo que o DSP ficaria responsável pelo projeto do esgotos e banheiros, e a COHAB com o projeto de arruamentos, escadaria e regularização da área.

Em agosto de 1985 inicia-se o levantamento topográfico. Durante este período acontece um duplo processo de discussão e participação conjunta entre moradores, Comissão da Terra do Morro da Penitenciária, Grupo de Trabalho, COHAB e DSP. Assim quando começam o levantamento, e este transcorre normalmente.

Há que se ressaltar que o mesmo não acontece com o levantamento sócio econômico, uma vez que vários moradores não possuíam toda a documentação solicitada pela COHAB, além do fato de que a instituição

trabalha apenas no horário comercial, e, na maioria das vezes, os moradores não se encontravam, pois estavam em seus trabalhos. Para tentar resolver o problema a Comissão da Terra sugere que as Assistentes Sociais da COHAB terminem o levantamento nos fins de semana ou à noite, quando os moradores estarão em casa. Estas aceitam a sugestão, mas recusam-se a voltarem às casas, determinando local fixo para o levantamento.

Atualmente a Comissão aguarda o término deste levantamento para iniciar com a COHAB as discussões sobre a questão dos moradores não terem condições de pagar o lote, acrescido da certeza de que, por justiça, a terra já lhes pertence e não têm que pagar uma segunda vez.

2.3. IMPASSES, DIFICULDADES ENFRENTADAS E A ATUAÇÃO DA ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL

A luta pela terra no Morro da Penitenciária tem aproximadamente dois anos de história. Durante este tempo tiveram acertos e erros, avanços e retrocessos; nem tudo transcorreu de forma clara, ou totalmente aceita pelos moradores; conflitos aparecem, bem como lideranças monopolizadoras, momentos de desânimo, desinteresse e de imposições, tanto por parte da Comissão da Terra como do Grupo de Trabalho e da COHAB.

Entendemos que todas estas dificuldades fazem parte do processo de participação e construção da nova sociedade. Entretanto há algumas situações que merecem aqui serem refletidas.

Uma delas é a forma como no início do ano o Grupo de Trabalho motivou a luta da terra:

Após um longo período sem reuniões da terra, o Grupo de Trabalho convoca a comunidade para conversar sobre o problema, uma vez que saiu no início de janeiro (21/01/85) a notícia de que a Penitenciária havia sido vendida (...)

Depois de algum tempo, e com certa "pressão" da estagiária de Serviço Social, as pessoas vão se apresentando para fazer parte da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária (...) (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 25/02/85)

I. (membro do Grupo de Trabalho) retoma a palavra perguntando como fica aquele pessoal que

se comprometeu de ir a COHAB e nem sequer apareceu para dar satisfação da ausência. Há um certo constrangimento entre os presentes. J.B. (membro da Comissão da Terra) diz que se comprometera, os demais não se manifestam (...)

I. (membro do Grupo de Trabalho) pergunta quem vai até a COHAB. Todos ficam em silêncio (...) Ed. (membro do Grupo de Trabalho) interrompe novamente e diz: "olha pessoal, ou a Comissão assume mesmo, ou então cai fira, porque do jeito que está não dá. Está todo mundo morno, e o assunto é muito sério. Ou se leva a frente com decisão ou se para por aqui." Há um silêncio "mortal". (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 12/03/85)

Conforme afirmações contidas no primeiro capítulo deste trabalho, entendemos que da prática do profissional de Serviço Social junto aos movimentos populares, entendidos como processo de participação, alguns pontos são fundamentais - dentre estes o de colocar-se a serviço e não como dirigente do movimento, "*este colocar-se a serviço significa algumas vezes dirigir, coordenar*" (LIMA, 1982:131). Mas o que percebemos neste momento é que o grupo de trabalho, preocupado com as conseqüências da venda da Penitenciária, passou a pressionar a comunidade a participar. "*Participação entendida aqui como estar presente e não consciente dos próprios interesses*". (SPOSATI, 1982: 45)

O Grupo de Trabalho não respeitou o processo da comunidade. Colocando-lhes as informações, as quais tivera acesso, exigiu que se articulassem para resolver aquilo que considerava um perigo eminente. Não discutiu com a comunidade a questão, não incentivou-a à procurar a veracidade dos fatos e nem mesmo deixou a esta a opção pela reivindicação ou não da posse da terra. Assumindo o papel de 'colonizador' que tanto questionava em outros profissionais que trabalhavam na área.

A comunidade, que não tinha presente tal necessidade - a reivindicação da terra -, respondeu a este momento de autoritarismo com a não-participação, que, segundo Paulo Freire, é uma forma de resposta à determinados posicionamentos.

Percebendo o erro o grupo procurou várias vezes refletir com a Comissão se realmente gostariam de continuar discutindo e encaminhando a questão, principalmente quando estes mostravam-se chateados com moradores que ao serem convidados para a reunião diziam: *"é besteira ficar conversando sobre isso, nós sempre moramos aqui e ninguém nunca veio nos tirar daqui. O governador não vai fazer isso agora."*

Nesses momentos constatou-se que a comissão, devido os muitos encontros com outras comunidades que também tinham problemas de terra, contatos com instituições (COHAB, Penitenciária Estadual, Comissão Justiça e Paz, etc.), já percebia a gravidade da situação e a necessidade de articular a comunidade no sentido de reivindicar a posse da terra antecedendo qualquer iniciativa de terceiros.

Sr. Ar. (membro da Comissão da Terra) pergunta como ficaria a situação dos moradores caso a Comissão começasse a "se mexer".

Sr. M. (advogado da COHAB) diz que caso os moradores, através da Comissão da Terra, não estivessem em negociação com a COHAB provavelmente os que moram na área particular já teriam recebido ordem de despejo. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 20/04/85)

Um segundo problema, que merece ser refletido, foi o descrédito da comunidade em relação a Comissão da Terra.

Iv. (membro da Comissão da Terra) coloca que "o pessoal da comunidade não confia em nós da Comissão da Terra" (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 26/03/85)

Pa. (morador) diz que muita gente não se interessa: fica em casa, nos bares, e até riem e aconselham aos outros a não participarem das reuniões, que é perda de tempo, pois não vão sair dali. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 12/03/85).

I. (membro do Grupo de Trabalho) pergunta aos presentes onde anda Z. (membro da Comissão da Terra), pois parece que ele desistiu e o mesmo

assumira perante a Comissão o compromisso de ir até o fim. Sr. P. (membro da Comissão da Terra), diz que quanto ao Z, ele foi "gozado" por amigos, dizendo que o mesmo iria conseguir os títulos da terra para eles. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 23/04/85).

Percebemos que a atitude de descrédito da comunidade, com relação a importância de participar das reuniões, ou da existência de uma Comissão da Terra, era oriunda do desconhecimento dos vários problemas de terra (ameaça de despejo do Morro do Horácio, Praia do Forte, Jardim Atlântico, etc.) existentes na Grande Florianópolis.

Assim, através das reuniões quinzenais da Comissão procurou-se discutir como repassar à comunidade as informações a que tínhamos acesso, ficando combinado que faríamos visitas domiciliares para discutir a questão, bem como reuniões da comunidade com a Comissão dos Sem Terra da Periferia e advogados da Comissão Justiça e Paz, onde exporiam suas dificuldades e formas de encaminhamento. A motivação para a participação nas reuniões seria feita através das visitas.

Estes encontros também foram momentos de avaliar as reuniões da terra que aconteciam na comunidade, bem como passar a refletir as informações recebidas dos meios de comunicação, em reunião da Comissão dos Sem Terras da Periferia e com instituições. Tínhamos presente que a participação não poderia se dar somente através do acesso às informações, mas principalmente com a aquisição de uma maior percepção e clareza da realidade, contribuindo para que estes viessem a ser sujeitos da história.

Tendo em vista motivar a Comissão, muitas vezes relatamo-lhes as nossas dificuldades quanto ao início do trabalho na comunidade:

Sr. P. (membro da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária) diz que está cansado de convidar, ir de casa em casa distribuir convite e quase ninguém destas pessoas participa das reuniões: "Tô quase desistindo".

El. (estagiária de Serviço Social) intervém relatando o trabalho do Grupo de Trabalho desde o início. Coloca que as pessoas começaram a participar depois de aproximadamente um ano. "E olha que fomos de casa em casa".

Essa troca de experiências levou a uma maior identificação do grupo com a estagiária e demais profissionais, pois sentiam as mesmas dificuldades,

Sr. Ar. (membro da Comissão da Terra do Morro da Penitenciária) diz que não sabe como nós, do Grupo de Trabalho agüentamos, diz que se fosse ele já teria desistido.

El. (estagiária de Serviço Social acrescenta: "Não, Sr. Ar., nunca devemos desistir daquilo em que acreditamos".

Passaram a entender nossos problemas, pensando junto como motivar a comunidade, constatando que, na medida em que visitassem as famílias e mostrassem algo de concreto, como o levantamento topográfico, a participação se daria de forma mais efetiva.

Outra questão a ser refletida é o acúmulo de reuniões. Nos quatro meses houve uma sobrecarga de encontros, o que fez com que parte das lideranças se encontrassem cansadas, desanimadas, ou ainda surgissem lideranças autoritárias - além do fato da demora por parte do poder público em dar uma resposta objetiva aos moradores.

As visitas domiciliares e as reuniões quinzenais com a comunidade, tendo como objetivo a motivação, bem como as reuniões periódicas para reflexão da Comissão, a participação na Comissão dos Sem-Terra das Periferias e nas reuniões de comunidade, específicas com problemas, leva o grupo a uma sobrecarga enfrentando problemas junto às famílias que exigem sua presença no serviço, pois o cansaço torna-se evidente já que trabalham durante o dia no pesado e à noite tem reuniões.

Como consequência temos dois fatores: o cansaço e desânimo e o surgimento de lideranças autoritárias.

A intervenção da estagiária se deu no sentido de repensar com a comissão as formas de encaminhamento. Decidiu-se que as reuniões com a comunidade só aconteceriam quando se fizesse necessário tomar uma decisão coletiva, ou veicular uma informação determinante, que a reunião da Comissão e as visitas domiciliares se dariam quinzenalmente de forma alternada e que haveria rodízio na participação de reuniões em outras comunidades.

Quanto a questão das lideranças procurou-se, num diálogo aberto com todo grupo, questionar as decisões tomadas por membros de forma individual, mas que repercutiam no trabalho.

Sr. P. coloca que, em conversa com o Sr. Ai. (topógrafo da COHAB), decidiram que este virá às sextas-feiras, pois ficará desenhando o mapa das medições.

El. (estagiária de Serviço Social) questiona o fato do Sr. P. ter tomado a decisão sozinho, sem trazer a questão para o grupo participar da decisão.

Cabe aqui ressaltar que o grupo de forma geral participou e aceitou as colocações feitas, não houve justificativas, mas um assumir de erros.

“Lideranças” será um dos temas que pretendemos trabalhar posteriormente em um encontro de um dia que está sendo planejado para todos os grupo existentes na comunidade.

Retomando aqui a história do movimento da terra percebemos a atuação do Estado no sentido de desmobilizar a participação, protelando o atendimento.

No primeiro momento a COHAB não demonstrou interesse em descobrir os donos oficiais do terreno, sendo que o mesmo foi feito pela comunidade, que repassou a informação à COHAB para confirmação.

No segundo momento protelou a contratação do topógrafo para fazer o levantamento topográfico. O levantamento sócio-econômico ainda não foi concluído, pois os profissionais recusam-se a voltar às residências em horário não-comercial, determinando que a Comissão deverá terminá-los, sobrecarregando novamente a mesma.

Na próxima reunião deveremos pensar com a Comissão o papel do Assistente Social da COHAB neste trabalho, bem como a participação da Comissão.

Temos presente que a participação da comunidade não deve se dar no sentido de executar tarefas de terceiros, mas de procurar fazer com que os mesmos assumam aqueles serviços para os quais foram solicitados.

Finalmente, temos uma questão fundamental para a continuidade da luta pela terra no Morro da Penitenciária: a forma de regularização da área. Esta problemática se fez presente desde o início:

Dona A. (moradora do Morro da Penitenciária) fala que quando a Comissão da COHAB vier ela vai dizer que não paga a terra e não sai dela. El. e I. (membros do Grupo de Trabalho) afirmam que isso vai depender da Comissão da Terra e dos moradores. Jb. (membro da Comissão da Terra) disse que este assunto iria ser discutido mais tarde. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 23/04/85)

I. (membro do Grupo de Trabalho) pergunta sobre a dívida de pagar ou não a terra. Sr. Ar. (membro da Comissão da Terra) conta sua conversa com um dos moradores na qual este diz que é melhor pagar para "ajeitar" melhor. E que ele responde que a Comissão da Terra vem lutando para não pagar nada. (RELATÓRIO DE ESTÁGIO - 09/04/85)

Tendo conhecimento que comunidades da Grande Florianópolis, que já tiveram problemas de terra (Morro do Mocotó), conseguiram através de sua articulação a doação da mesma por parte do Estado. Existem Leis (Concessão ao Direito Real de Uso, Compra e Venda por Preço Simbólico, Doação) que fundamentam o direito de propriedade. Nosso posicionamento, diante da questão, sempre foi o de incentivar a discussão esclarecendo os seus direitos, pois acreditamos que somente a comunidade esclarecida poderá garanti-los.

Pretendemos, nos grupos de novena de natal, aprofundar com a comunidade a questão, já que os livros para a mesma, elaborado nas periferias, tem como um dos temas de reunião o solo urbano. Também está sendo elaborado,

pelas comunidades de periferia e técnicos, material com discussão de leis e experiências de reivindicação de terra, para serem utilizados pelas comunidades no ano de 86, quando da Campanha da Fraternidade.

Cabe ressaltar aqui que a estagiária participou com os demais técnicos e representantes das comunidades na elaboração do material da terra para as novenas de natal, estando também no segundo grupo que prepara o material da Campanha da Fraternidade. Caberá à mesma discutir com a Comissão da Terra do Morro da Penitenciária o material, instrumentalizando-a para "puxar" as discussões nos grupos de reflexão.

CONCLUSÃO

Entendemos que a experiência de elaboração do TCC em muito contribuiu para o aprofundamento de questões teórico-práticas. Percebemos no, decorrer do trabalho, nossas limitações enquanto profissional de Serviço Social, que procura aprofundar seu posicionamento de compromissos com a classe popular.

Contudo, questionamos profissionais que, acompanhando nossa formação ao longo destes quatro anos, somente na fase de elaboração do TCC passam a nos questionar, e até pressionar-nos a optar pela não conclusão do curso, exigindo "agora" um maior aprofundamento. Percebemos que este aprofundamento não se dará no aqui e agora, que ele é opção de todo profissional consciente e será uma constante no decorrer da atuação profissional.

Outras limitações ocorreram: o fato de não se ter acesso fácil à questões específicas que retratem e analisem a realidade da Grande Florianópolis, bem como a falta de material.

Para finalizar constatamos que o movimento pela regularização da terra não se dará de forma isolada, mas está inserido, com outros movimentos, num contexto maior. Estes têm como objetivo a conquista dos espaços que dentro do atual sistema lhes é negado.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa et alli. *Repensando o Trabalho Social: a relação entre estado, instituição e população*. São Paulo, Cortez, 1980, 94pp.
- BLAY, Eva Alterman. *Habitação: a política e o habitante: Ciência e Cultura*. São Paulo, Cortez, 28(11):1287-1291, nov. 1976.
- BOSCHI, Renato Raul (org). *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, 179pp.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1984, 172pp.
- DIAS, Maria Esther B. *A dialética do Cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1982, 103pp.
- DINIS, Eli. *Políticas Públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 114pp.
- DOCUMENTOS DA CNBB. *Solo Urbano e ação pastoral*. 2ª ed., São Paulo, Edições Paulinas, nº 23, 1982, 46pp.
- ESTEVÃO, Ana Mª R. *O que é o Serviço Social*. São Paulo, Brasiliense, 1984, 69pp.
- EVER, Tilman et alli. *Movimento de Bairro x Estado na América Latina*. Recife, Fase, 1982.
- FALCÃO, Mª do Carmo. *Um movimento popular*. São Paulo, Cortez, 1983, 55pp.
- FALEIROS, Helton Alves. *Expansão urbana e especulação imobiliária*. São Paulo, PUC, 1983.
- GIACOMINI, Mª Rita et alli. *Trabalho Social em favela: O método da Condvisão*. São Paulo, Cortez, 1983, 89pp.
- IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983, 383pp.

- LIMA, Sandra Amêndola Barbosa et alli. *Movimentos sociais urbanos e Serviço Social*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 3(8):117-35, mar. 1982.
- LOPES, Ilda. *Descrição de formação da Comunidade Eclesial de Base no Morro da Penitenciária*. TCC, 1984, 138pp.
- RAICHELIS, Raquel & ROSA, Cleisa M. Maflei. *Considerações a respeito da prática do Serviço Social em movimentos sociais: Fragmentos de uma Experiência*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 3(8):69-83, mar. 1982.
- RIBEIRO, Edaléa M^a & FERREIRA, Márcia. *Uma reflexão da proposta alternativa do Serviço Social na Formação de CEB, Desenvolvida no Morro da Penitenciária*. TCC, 1984, 105pp.
- SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1982, 201pp.
- SILVA, L. A. Machado da (org). *Solo Urbano: Tópicos Sobre o Uso da Terra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 95pp.
- SILVA, M^a Ozanira da Silva e. *Formação Profissional do Assistente Social*. São Paulo, Cortez, 1984, 128pp.
- SOUZA, M^a Luiza de. *Serviço Social e Instituição: A Questão da Participação*. São Paulo, Cortez, 1982, 159pP.
- SPOSATI, Aldáza de Oliveira. *A participação e o Por-se em Movimento*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 3(9):43-56, ago. 1982.
- VALLADARES, Licia do Prado (org). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, 55pP.

ANEXO 1



A grande dificuldade para os moradores e Cohab é saber quem é o dono do terreno

No Morro da Penitenciária 400 famílias temem provável despejo

Temendo a possibilidade de um despejo, cerca de 400 famílias estão cobrando da Cohab-SC a regularização da área que ocupam há mais de 20 anos no Morro da Penitenciária, na Trindade. Esta semana, os moradores estiveram reunidos pela terceira vez no mês para saber do Assessor de Planejamento Cláudio Floriani, quais os encaminhamentos dados às reivindicações feitas pela comunidade, que quer uma escritura definitiva de posse do terreno.

A reunião foi na capela do Morro, onde Floriani alegou que não fez nada de concreto ainda porque não conseguiu identificar o proprietário do terreno, que supõe ser de 20 mil metros quadrados. De qualquer forma, tranquilizou as famílias posseiras informando-lhes que não existe nenhuma ação de despejo sendo movida contra eles. Se isto estivesse ocorrendo de fato, observou que já teria localizado o proprietário.

Os moradores decidiram marcar uma próxima reunião para amanhã às 20 horas, na capela, dando mais um prazo para a Cohab identificar o proprietário do terreno. As famílias insistem na necessidade dos levantamentos topográficos da área, o que a Cohab tem se negado a fazer enquanto não se descobrir o dono da mesma.

Esta, inclusive, era uma das reclamações apresentadas pelos moradores. Segundo Antônio Pereira Marques,

trabalhador desempregado e residente no local há muito tempo, há mais de 20 dias que a comunidade vem procurando pela Cohab para encontrar uma solução para as famílias posseiras. Contudo, desabafou, "até agora nada foi feito, a turma da Cohab está nos enrolando".

A exemplo de Pereira, reclamou também Volnei Fernandes da Silva que reside no morro desde 1980, quando deixou de plantar em Lages para vir atrás de emprego na Capital. Ele disse que a comunidade quer que a Cohab faça logo o levantamento do terreno, compre a área e repasse as escrituras definitivas para os moradores através de um financiamento a baixo custo, conforme aconteceu recentemente no Morro da Mariquinha.

— Eles estão sempre adiando a reunião para dar uma resposta do contato que ficaram de fazer com o proprietário", assinalou Volnei, temendo que nesta demora apareçam o proprietário e uma ação de despejo contra as famílias instaladas no Morro da Penitenciária. Os moradores têm uma informação de que o proprietário seria a Sr^a Delorma Fortemp atualmente residindo na Trindade.

Conforme informações de Antonio Pereira e de Volnei Fernandes, os moradores chegaram a fazer um contato com esta mulher, que teria informado que o terreno está incluído num processo de inventário e que, logo depois de concluído, haveria uma ação de

despejo. No entanto, durante a reunião, o assessor da Cohab informou que não existe nada confirmado a respeito deste fato.

Revelou que numa certidão vintenária obtida junto a cartório do Centro, não se conseguiu nada sobre o atual proprietário e muito menos a informação de que Delorma é a dona da respectiva área. Agora, Cláudio Floriani está recorrendo ao cartório da Trindade para ver se consegue algum dado. Por isto, ele alegou que não foram iniciados o levantamento topográfico do terreno e o cadastramento dos moradores.

— Não vamos entrar numa área que não sabemos se tem dono ou não", observou o assessor no encontro, frisando que depende dos cartórios para ter esta informação. Desta forma, explicou que ainda não foi possível adiantar alguma coisa para as famílias moradoras no lugar. Garantiu porém, que até a próxima semana terá alguma novidade sobre o caso.

— Precisamos esgotar as buscas sobre a identificação do proprietário", continuou acrescentando o assessor. Após ter esta etapa concluída, disse que será iniciado o levantamento topográfico e estabelecido um contato com o dono do terreno para manter as negociações. Por enquanto, adiantou, existe a intenção por parte da Cohab de regularizar a situação dos posseiros, seja através da compra, da doação ou da transferência do terreno.